

MARIA APARECIDA SANTILLI

Quando me tem cabido falar sobre luso-afro-brasileiros, acaba-me por ser uma constante o fascínio pelo poder relacional dos números. Trata-se de 7 povos que se podem ver articulados, por 3 questões que lhes são pertinentes, sobre um pano de fundo a todos comum.

Vem a propósito retornar a algumas reflexões com referência a pontos que sob essa motivação já tenho feito, para abordar o tema ora em foco – «O papel do Brasil na Lusofonia».

Vale dizer que me rendo, novamente, à sedução de princípio, a do jogo dos números, embora aqui como cartas para este outro jogar.

A questão de número 1 é concernente à memória.

Se os povos, como os indivíduos, têm a capacidade de fixar, reter, evocar e reconhecer impressões ou acontecimentos passados, no caso destes 7 de que aqui se trata, a memória será o melhor ponto de partida para computar registros que remetem ao nó de seu vínculo. Como a fixação e a retenção seriam atos comuns a qualquer processo cognoscitivo é desde aí que convém rever o processo de ligação dos luso-afro-brasileiros numa frutificadora evocação e reconhecimento através dos quais também a imaginação possa desempenhar-se para que, desde a retomada objetiva do processo histórico geral, resulte a necessária isenção no debate onde a questão da língua venha a ser melhor considerada e futurizada.

Será, pois, produtivo considerar outra vez, mais uma vez, e como 1.^a questão, compassos históricos registrados em descompassos cronológicos e que os 6 povos – de

Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, participantes do que se denominou a «Comunidade dos Países de Língua Portuguesa» – viveram, com o 7.º étimo do bloco, Portugal, a partir de 1822.

Quanto a brasileiros e portugueses tivemos nosso ritmo próprio para experimentar as lições de vida da pós-independência. Começamos, ainda, pela medida do tempo dos caminhos de ferro e dos barcos transatlânticos do século XIX, com relações internacionais que os outros 5 povos vieram a ensaiar, em trajetórias correspondentes, já no embalo acelerado da velocidade dos vãos, pelas alturas de pico do século XX.

Para a memória humana, super-condicionada pelos limites estreitos de duração de cada geração, poderia, mesmo, ressoar como grande esse descompasso entre a emancipação brasileira e a dos outros 5.

Conviria, entretanto, enfatizar que, pelo ritmo cada vez mais compulsivo, na história das relações humanas, portanto também inter-nacionais, acabaria por abreviar-se a marcha em direcção à sincronia alcançada no estado atual da relação dos 7 povos que, agora, entre si, reposicionam-se nos dias pós-coloniais.

Como aconteceu no Brasil do século passado, os outros 5 povos compassaram-se, desde os meados do século XX, com os brasileiros, no patamar que estes galgaram pelos idos de 1822. E, assim, todos atingiram o momento de substituir imagens pretéritas, por outras, diversas daquelas transferidas aos novos mundos, no decurso do ciclo colonial.

Desta travessia pelo que se poderia até chamar, nos nossos descobertos mundos, de apocalipse da tradição europeia, na pauta de revisão dos próprios povos emancipados levanta-se uma questão de fundo: a do enraizamento cultural ou do lastro da cultura europeia comum e das forças que o alimentam ou o preservarão entre os povos politicamente descolonizados. Digo apocalípticos a esses tempos, superlativizando, porque vividos nos estremecimentos em que se instaura uma visão, ou uma utopia do novo, entre tais povos.

No itinerário complexo da emancipação dos 6 povos, o compasso – que ficou não menos relevante – não obstante o descompasso cronológico do processo brasileiro – terá sido aquele vivido ao final, com maior ou menor intensidade por todos: o de questionamento da tradição europeia/portuguesa enquanto modelo que então se abalava, no patrimônio de uma herança comum.

Para os brasileiros, esse apocalipse tomou corpo com o Modernismo, reciclando-se em variantes que irromperam, desde os anos 20, até sobretudo os meados do século ora por terminar.

A propósito, num livro que fala sobre a «Era de Vargas», Antônio Arnóni Prado, quanto ao problema de «Revolução e acomodação» na literatura do período, refletiu sobre a aventura libertária do Modernismo e sobre a posterior

encampação do ideário modernista que acabaria por desaguar, na seqüência, em uma acomodação ideológica das elites brasileiras.

Arnôni registrou, então, na cultura brasileira do decênio de 30, a presença de intelectuais que fizeram a crítica do movimento modernista. Trata-se daqueles que vieram a passar por modernistas radicais, remetendo ao horizonte da década seguinte o que Arnôni tomou como «visão disciplinadora do primitivismo ancestral, o revanchismo nativista da América e o ufanismo do redescobrimto, agora sob a ótica da força e da ordem» (Prado, 1991: 263).

A verdade é que essa nova onda, reguladora, infletia sobre a política literária do Modernismo, a política implosiva, de quebrar as auras da tradição, construída sobre as importações, e que assim, se metabolizaria pela consciência brasileira, transformando, a do outro, no próprio nacional.

Oswald de Andrade representou bem essa marca – até nada sutil – distintiva do Modernismo e Xenofobismo, no Brasil.

A imagem da Antropofagia prestava-se a significar o re-entendimento da ingestão de cultura(s) forasteira(s), ingestão tão humana quanto fora sua procedência. Mas, uma ingestão que, portanto, se reconhecia e do que se pretendia digerir. Ou como substância, no processo *ad hoc* de metamorfoses culturais.

Não se há de esquecer que, nesta primeira questão, se trata de relembranças, de falar do talvez já muito visto, mas a que não será de mais retornar, quando se trata da conveniência de colar identidade e memória. E será, mesmo, adequado sublinhar que os modernistas brasileiros passam, em 1922, pelas celebrações do centenário de independência do Brasil.

Como bem referiu Paulo de Medeiros, na «Introdução» ao número 13 da revista *Discursos* (Medeiros, 1996: 19) sobre o que John R. Gills escreveu em *Commemorations: The Politics of National Identity*, isto é, da identidade e da memória como «conceitos sociais e políticos interrelacionados através da história» e de «como se torna necessário analisar os processos através dos quais as nações constroem a sua identidade através daquilo que decidem comemorar».

Comemorar, em 1922, também se traduzia por transgredir, desenhando a outridade que se queria patentear.

Da mesma forma iria suceder nos países africanos, ao reeditarem também a celebrada emancipação política que fizera o Brasil um século antes. Este é o pano-de-fundo, o da diferença, que caracteriza o conjunto: visão dos atributos especiais ou específicos, pessoais ou coletivos, através dos quais a inteligência, no Brasil e depois em cada um dos outros 5 países, quis reconhecer-se inconfundivelmente, definir seu próprio perfil.

A literatura, a propósito efetivamente da emancipação cultural e que se conformou como literatura da identidade entre os seis povos emancipados,

incidiu sobre uma dedução do tempo: o do que cada povo veio a ser. Por um lado, pelo que **foi**, juntando traços de coesão dispersos ao longo de interferências estrangeiras, e, por outro lado, pelo que **poderá vir a ser**, ou será, enquanto se assume como agente também, na mudança para que se concebe vocacionado.

Estas re-lembranças poderiam arrematar-se com a evocação do pensamento de Alfredo Bosi, de *Literatura e situação*: a «colônia é, de início, o objeto de uma cultura, o *outro* em relação à metrópole», a «colônia só deixa de o ser quando passa a sujeito de sua história» (Bosi, 1980: 13).

Acompanhar aqui «o processo de aculturação do português e do negro à terra e às raças nativas» – pensa ele – «na esfera de nossa consciência histórica, é pontilhar o direito e o avesso do fenômeno nativista, complemento necessário de todo complexo colonial.»

No caso das literaturas compreendidas como “Literaturas Africanas de Língua Portuguesa” cumpre entendê-las quando dinamizam sua predisposição à rebeldia literária (ideológica e lingüística). Ou seja, apanhá-las no momento de correspondência com a postura dos modernistas brasileiros, a partir de fissuras em que pretenderam instaurar o “novo”, até pela prática de devoração do alheio do qual poderiam fazer o seu próprio.

Cabe observar, através de suas respectivas poéticas, essa questão prioritária, que lhes foi, de rastrear sua identidade e delinear vetores nacionais.

Pires Laranjeira registra o percurso dos 5 países africanos na busca dessa identificação (Laranjeira, 1995: 502-3), através dos textos literários, onde se visibiliza, por via da presença pontual das manifestações musicais e pictóricas, dos instrumentos para a música e a dança, das práticas rituais, enfim de quanto «fornece o material sobre que se alicerça a mitologia da continentalidade e da raça».

Laranjeira refere, ainda, como a representação do homem africano evolui, desde “esquemática” e “lacunar” «em que o poder, a palavra e a racionalidade pertencem exclusivamente ao branco». E infere que, se o homem africano «não surge no texto como figura principal, desenhada em caracteres redondos, com um pensamento, desejos e uma construção cultural, é porque sua ausência indica não ser ele o responsável pela enunciação e, portanto, não poder falar por si e pelos seus».

O passo adiante na escalada de uma definição é, para Pires Laranjeira, quando “toma a palavra” o homem africano e abre o processo do seu reconhecimento enquanto ser alienado, condição que só uma busca de identidade, uma pesquisa das origens e uma prospecção do desejo, permitem ultrapassar, até a conquista do poder de afirmação de uma nova vontade cultural.

Trata-se, na verdade, do re-conhecimento do africano que transita do generalizante para o específico – no caso de cada um dos países africanos de língua

portuguesa -, sob o ponto de vista de distinguir seu **ser diverso**, do modelo de referência estrangeira; conforme se consumara, décadas antes, no Brasil.

De generalização à especificidade, esse re-conhecimento fez escala, no tempo marcado pelos movimentos de negritude que, na progressão dialética, iriam ser ultrapassados.

Chegaria a hora de deduzir-se que a negritude, -movimento essencialmente de exílio ou da criouliização-, -não podia responder às exigências de combates mais decisivos contra a dominação colonial-.

Como enfatizou Amílcar Cabral, o -estudo da história das lutas de libertação demonstra que são em geral precedidas por uma intensificação das manifestações culturais-, concretizadas -por uma tentativa, vitoriosa ou não, da afirmação da personalidade cultural do povo dominado, como um ato de negação da cultura- do outro a que se refere como opressor.

Em suma, comunidade/diferenças é, pois, hoje, correlação impossível de desconsiderar, na re-junção dos 7 povos.

É sobre esse eixo, comunidade/diferenças que me parece conveniente chegar à questão de número 2: da língua, princípio fundante de um bloco transnacional.

Quanto à língua portuguesa no Brasil, nesta circunstância não cabe apresentar senão dados sumários que encaminhem para a questão de que aqui se deve tratar.

No primeiro volume, recentemente publicado, da colecção *História da Vida Privada no Brasil*, dirigida pelo historiador Fernando A. Novais e no volume organizado por Laura de Mello e Souza, dedica-se um capítulo a -Vida Privada e Colonização: o Lugar da Língua, da Instrução e dos Livros-.

O autor deste capítulo, Luis Villalta, começa por voltar-se a um dos primeiros cronistas da colonização portuguesa: Pero de Magalhães Gândavo e por reportar-se à célebre afirmação de Gândavo, de que os índios do litoral brasileiro não tinham letras -F, nem L, nem R-, não possuindo -nem Fé, nem Lei, nem Rei-.

Essa suposição de uma ausência lingüística e de **ordem**, para Villalta, -revela um tanto *avant la lettre*, o ideal de colonização trazido pelas autoridades civis e eclesiásticas portuguesas: superar a **desordem**, fazendo obedecer a um Rei, difundindo uma Fé e fixando uma Lei-.

Do ponto de vista da língua portuguesa, como se consumou este projeto?

Villalta resume: no Brasil, somaram-se algumas línguas européias às diversas línguas indígenas e africanas. Predominou o Português. Durante a União Ibérica, e no Sul, o Português foi seguido pelo Espanhol.

E relata: «Após a indianização inicial, espanhóis e portugueses curvaram-se, em geografia e tempos diversos, às línguas gerais de origem Tupi. Ao mesmo tempo, os lusitanos embargaram o uso das línguas africanas».

A partir do século XVIII, cumpriu-se «uma política de difusão do português e de ataque às línguas gerais, substituídas, por diferentes fatores, pela língua portuguesa na maior parte do país, embora, até ao final do século XVIII», o latim fosse usado «como a principal língua culta» e, a partir daí aparecesse «a concorrência do francês, veículo de idéias sediciosas que punham em perigo F, L e R (Villalta, 1997: 332-83).

Depois disso, todos nós sabemos: a partir do século XVIII o domínio da língua portuguesa foi se estendendo. Foi geral.

Para a devida avaliação, é importante contextualizar estes dados no quadro maior da história geral de ocupação do território nacional:

1. A ocupação humana do território que depois se tornaria Brasil, segundo cálculo dos especialistas atuais, começou entre 12 e 30 mil anos atrás;
2. A variedade de povos que aqui viviam é grande. Até hoje foram catalogadas 170 línguas faladas pelos índios brasileiros. O emprego de “índios” para designar esse grande conjunto de habitantes é indicativo de um conceito equivocado de homogeneidade cultural;
3. O contato de índios com brancos implicou nos seguintes resultados:
 - Por volta de 1500, a população era de 8 milhões e meio;
 - Em 1822 (na Independência), a população brasileira não passava de 3 milhões, hoje são cerca de 300 mil índios sobreviventes;
 - Na segunda metade do século XIX, a população atinge os índices do século XVI.

A partir, portanto, desse crescimento populacional tão vertiginoso, pode-se avaliar, devidamente, o que foi o crescimento do número de falantes do português, no Brasil (Caldeira, s/d: 8-9).

Considerada a explosão demográfica brasileira e os decorrentes milhões de falantes do Português, hoje somos os maiores legatários da língua portuguesa, no tempo.

É sobre a projecção desse futuro lingüístico comum, que nos cabe, com Portugal, sentar à mesa das conversações com todos os demais países de língua oficial portuguesa, para rever, propor ou dinamizar convênios e acordos de cooperação e dar conta, assim, dessa tarefa que não é fácil de cumprir.

Posso informar que, da parte do Brasil, através do seu Ministério da Educação, tal preocupação está se convertendo em medidas de ordem prática, nessa direção.

Parecem-me saudáveis algumas considerações prévias, na abordagem dessa forma articulada de procedimentos, entre os países de língua oficial portuguesa, procedimentos que aqui se põem como eminentes e iminentes.

Essa consideração tem a ver com o resultado dos fatos marcantes que pontuaram a evolução geo-política através da qual se deu o avanço em direcção do sistema-mundo, que veio peculiarizar a história das relações internacionais, nos últimos tempos.

As relações entre nossos países, ora em questão, instauram-se nos corolários de profundas mudanças de que esta geração é sujeita ou testemunha, na escalada do poderio mundial exercido em concentração geográfica de poderes.

O processo descolonizador não foi obra do acaso. A descolonização acelerou-se também porque o controle de vastas extensões territoriais passou a quase não intervir no sistema de poderio internacional. Olivier Dolfus, em *Geopolítica do Sistema Mundo* (Dolfus, 1993: 35), considerou, a propósito «a obsolescência dos impérios difíceis de gerir, de manejo dispendioso e fontes de conflitos externos.»

Assim, quando o processo de emancipação política das ex-colônias portuguesas chegou ao término, já se dava a progressiva imersão mundial em outro sistema, também implacável, de estratégias dos oligopólios, em que novas parcerias vão se realizando em decorrência do atual sistema que o capitalismo gerou.

A disputa pelos territórios das colônias foi, então, se substituindo por mercados e áreas de influência, em relação ao dito arquipélago metropolitano onde se situa a concentração geográfica dos poderes mundiais.

É, portanto, neste quadro de mundialização que os países de língua oficial portuguesa têm de rever-se e procurar sentidos atualizados para suas inter-relações; quando sobre as luzes de nosso comum passado geopolítico, projetam-se as de outra ribalta de *performances* internacionais.

Cogitar de “império lingüístico-cultural”, ou de “egoísmo superior” parecem-me motivações sem efeito prático, se não, mesmo, anacrônicas, em relação ao quadro mundial.

Talvez nos fosse mais conseqüente encarar o cuidado da língua no bojo do desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural, com o qual se alavanque a própria ocupação de espaço de nossa língua, junto ao elenco lingüístico de suporte das tratativas e ações internacionais.

Quando se fala, hoje, dos chamados “7 povos”, bloqueia-se pelo viável recorte étnico, calcado sobre o denominador da língua. Vale dizer que a língua é *pièce de resistance* de um conjunto cultural agora, mais do que nunca, sujeito às infl-

xões, por um lado, do eventual desenvolvimento próprio de cada povo e, por outro lado, da força irreversivelmente pressionadora que se exerce, sobre todos os povos, no sentido da mundialização.

Mas a hipótese do “recorte étnico” para definir estados – parecendo que não – pode encontrar notórios incentivos práticos de sustentação, no próprio mapa recente da geografia política internacional.

A sutura de um Estado com base em ligadura étnica mostrou sua importância, tendo em vista a desagregação de povos que, sem ela, sem a ligadura étnica, chegariam, inexoravelmente, à separação.

No mundo contemporâneo em que o descentramento logrou passar de tendência a extremização, desarticularam-se estados politicamente desenhados nos gabinetes das conferências e acordos de cúpula que a *praxis* provisoriamente cimentou.

Trincaram-se e chegaram a cacos, conjuntos aparentemente consolidados mas profundamente minados pelas frestas entre povos assim jungidos: as frestas dos contrastes culturais que talvez se julgasse possível minimizar com a penada das decisões dos foros de poder das políticas internacionais.

Os exemplos atuais, como sejam da Bélgica, da Espanha, da Suíça onde se estampa a arbitrariedade dos limites da geografia política, assim como os exemplos bem recentes de fragmentação do bloco leste europeu, vieram dar prestígio à cultura, como fator, articulante ou desarticulante, decisivo, quer com relação ao *déjà vue*, quer com relação a outros eventuais conjuntos de povos, que venham a formar-se.

Neste caso da Comunidade dos 7 povos que ora está por cimentar, reforça-se o entendimento de língua, como **função no processo histórico** que a modela. Mas sem desconsiderar a língua como **forma**, pois há de levar-se em conta a probabilidade já salientada por Sapir, de que «o grau de estabilidade que acompanha a cultura se deve em grande parte à apreciação habitual dos lineamentos formais e às complexidades formais da experiência» (Sapir, 1969: 33).

Não é sem razão que foi sobre a questão da forma que se alimentaram os debates da língua, dessa língua sobre a qual, então, tenciona-se sediar um *status* cultural para assentar-se o dito conjunto dos 7 povos. Será, talvez, a questão da alegada **plenitude formal** que um dos povos poderia arrogar-se a si mesmo como privilégio, em relação aos outros, o reduto de atrito a ultrapassar.

Entre os últimos ecos do ciclo colonial, o empecilho a outra e nova reunião dos 7 povos poderia ainda residir em desconfianças e reticências entre ex-colonizador e ex-colonizados que convergiram para o ponto da língua, o ponto que, afinal, subsiste como núcleo de cultura, desde onde, então, re-definir ou sustentar uma comunidade, agora trans-nacional.

Passado o passado, parece que, na questão da língua, o mais difícil de atingir, de um modo geral, é o senso comum, o meio-de-campo a que se poderia chegar com sugestões tiradas do mesmo Sapir, ainda que ao lingüista possam caber outras objeções.

Sapir pondera que, «onde a vida é de tentativas e improvisação, onde as idéias e os sentimentos estão constantemente metendo as mãos de ferro no acervo de esgarçados e rígidos padrões», se tal acervo não é dobrado «com maleabilidade para seu uso», a forma da língua «passa necessariamente a ser sentida como uma carga e uma tirania».

Para a forma da língua constituir-se no que Sapir chama de «doce enlace que devia ser», só o meio campo, o senso comum, dado por uma re-visão de pretensões sobre a restritiva «plenitude formal», a fim de fazer da língua a pedra angular viável, de povos que a elejam como princípio para se associar.

A primeira e a segunda questões aqui postas vetorizam para a questão de número 3 em direção à qual, neste momento, voltam-se muitos dos olhares que se têm detido nas relações culturais luso-afro-brasileiras: a de uma comunidade da Lusofonia, onde os sete povos re-encontrar-se-iam por decisão livre e unânime, intencionalmente projetada para o **novo**, que o futuro ao conjunto poderá dar.

A propósito, cabe analisar, entre pronunciamentos sobre as citadas relações, aqueles de um artigo que se rotulou de «Uma empresa de sete povos» (Oliveira, 1994: 1-3).

O que desde logo chama a atenção para esse texto está no próprio título, na «empresa», de onde transbordam os significados de associação, de companhia, de organização, de sociedade, que remetem a outras redes de significados implícitos, isto é, de acordo, de concordância de sentimentos e de idéias, de harmonização, de consonância, de combinação, de ajuste, de pacto que pressupõem uma vontade de, por parte dos diferentes sujeitos da realização, vetorizados pelo objetivo cultural, como seja o de produzir e/ou oferecer bens e serviços culturais.

Contextualizando a proposta no ciclo de um novo tempo de relações internacionais brasileiras, fundadas na política externa independente do Brasil e resgatando fatos com os quais estabelece uma determinada sincronia de eventos, relativos a relações culturais luso-brasileiras, o texto chama a atenção também para um silêncio de entrelinhas, para um presumível ruído que se deixou no espaço de bastidores de sua elaboração, e que o pano de palco da escrita teria velado: o ruído de incidentes de obstrução ou derrogação.

Assim, por um lado projecta-se a «empresa» cultural para o campo político que, do lado de cá, passa à aprovação do Instituto Internacional de Língua

Portuguesa, e à consumação do Acordo Ortográfico que, da parte brasileira, teve aprovação do Congresso Nacional.

O projeto da Comunidade dos 7 Povos ainda faz virem à tona da memória, pesos, pesos de que fomos procurando nos livrar e que têm persistido até já às portas da virada para o século XXI, à espera de uma comum e mais plena e genérica metabolização político-cultural.

Quem sabe, o melhor ponto para, afinal, hoje nos posicionarmos na tarefa de agentes culturais, seja insistir nas aliciantes *Seis propostas para o próximo milênio* que, encantadoramente, Ítalo Calvino foi capaz de imaginar.

Ao procurar uma definição para o conjunto de seu trabalho – relembremos, para rematar, Ítalo Calvino optou por oferecer esta:

[...] a minha operação foi na maioria das vezes uma subtração de peso; tentei tirar peso ora às figuras humanas, ora aos corpos celestes, ora às cidades; sobre tudo tentei tirar peso à estrutura do conto e à linguagem (Calvino, s/d: 17)

O texto que acabámos de considerar, sinalizou para pesos, pesos numa empresa que já demora a cabalmente se concretizar.

O estímulo dos que também carregamos pesos análogos, do lado de cá e de lá, bem pode encontrar guarida nos alicerces de uma vontade política que alavanque o despejo dos pesos, como na história do balde vazio do conto de Kafka, por onde acabam as palavras sobre a leveza, que Ítalo Calvino escreveu e que insistimos em retomar.

Por quê?

Calvino passa-nos, da história de Kafka, a idéia do balde vazio enquanto «nos eleva acima do nível onde se encontra o auxílio e também o egoísmo, o balde vazio sinal de privação, desejo e procura» e que, se não socorre o **querer** de urgência de nossas demandas de evolução, abre, por outro lado e enquanto se espera um desfecho, para mais um horizonte: não o do fim das reflexões, mas o das reflexões sem fim, incessantemente fecundas para a longevidade de qualquer união.

Maria Aparecida Santilli é Professora Titular da Universidade de São Paulo, onde dirigiu, durante alguns anos, o Centro de Estudos Portugueses da U.S.P. Tem ensinado e investigado nas áreas da Literatura Portuguesa e Africanas de Língua Portuguesa. É autora de livros sobre Camilo Castelo Branco, Júlio Dinis e Bocage. Publicou ainda, entre outros, *Arte e Representação da realidade no romance português contemporâneo* (1979) e *Estórias africanas. História de Antologia* (1985).

Referências Bibliográficas

BOSI, Alfredo (1980) - *História Concisa da Literatura Brasileira*, 3.^a ed., São Paulo, Cultrix.

CALDEIRA, J. (s/d) - *Viagem pela História do Brasil*, São Paulo, Cia das Letras.

CALVINO, Ítalo (s/d) - *Seis propostas para o próximo milênio*, Lisboa, Teorema.

DOLFUS, O. (1993) - *O Novo Mapa do Mundo - Fim do Século e Globalização*, São Paulo, Hucitec, Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Rural.

LARANJEIRA, J. L. Pires (1995) - *A Negritude Africana de Língua Portuguesa*, Porto, Afrontamento.

MEDEIROS, Paulo de (1996) - «Introdução: "Em Nome de Portugal"». *Discursos. Estudos de Língua e Cultura Portuguesa* 13 (Out. 1996), Coimbra, Universidade Aberta.

OLIVEIRA, J. A. (1994) - «Uma empresa de sete povos». *Folha de São Paulo*, 27/7/94, pp. 1-3.

PRADO, António Arnóni (1991) - *Era de Vargas*, São Paulo, Hucitec.

SAPIR, E. (1969) - «O gramático e a língua». *Linguística como Ciência*, V, I, Rio de Janeiro, Liv. Acadêmica, p. 33.

VILLALTA, Luis C. (1997) - «O que se fala e o que se lê: Língua, Instrução e Leitura», in Laura de Mello e Souza (org.) e Fernando A. Novais (dir.), *História da Vida Privada no Brasil*, São Paulo, Cia das Letras, 1997.